

Nº 1.642 - Conceder Pensão Vitalícia, nos termos dos artigos 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8112, de 11/12/1990 a ANTONIA BEZERRA DA SILVA viúva do ex-servidor FRANCISCO CARNEIRO DA SILVA, matrícula SIAPE nº 0849646, Originário do Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Estrada de Rodagem - em extinção, falecido na inatividade em 17 de novembro de 2004, no valor correspondente a 100% (cem por cento) do cargo de Agente de Serviço de Engenharia (NI) Classe "A", Padrão III, a partir da data do óbito do ex-servidor (Processo nº 50000.009919/2005) CE;

Nº 1.643 - Conceder Pensão Vitalícia, nos termos dos artigos 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8112, de 11/12/1990 a OZANA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA viúva do ex-servidor JOSÉ PEREIRA DA SILVA, matrícula SIAPE nº 0861271, Originário do Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Estrada de Rodagem - em extinção, falecido na inatividade em 25 de janeiro de 2005, no valor correspondente a 100% (cem por cento) do cargo de Agente de Serviços de Engenharia (NI) Classe "C", Padrão II, a partir da data do óbito do ex-servidor (Processo nº 50000.014679/2005) MA;

Nº 1.644 - Conceder Pensão Vitalícia, nos termos dos artigos 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8112, de 11/12/1990 a MARIA CESARINA FRAINER viúva do ex-servidor AVELINO ANTONIO FRAINER, matrícula SIAPE nº 0864310, Originário do Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Estrada de Rodagem - em extinção, falecido na inatividade em 22 de março de 2005, no valor correspondente a 100% (cem por cento) do cargo de Motorista Oficial (NI) Classe "C", Padrão VI, a partir da data do óbito do ex-servidor (Processo nº 50000.013859/2005) RS;

Nº 1.645 - Conceder Pensão Vitalícia, nos termos dos artigos 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8112, de 11/12/1990 a NÉLI BRIZ DA ROSA viúva do ex-servidor NABOR AGERTT DA ROSA, matrícula SIAPE nº 0857387, Originário do Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Estrada de Rodagem - em extinção, falecido na inatividade em 23 de maio de 2004, no valor correspondente a 100% (cem por cento) do cargo de Agente de Vigilância (NI) Classe "B", Padrão VI, a partir da data do óbito do ex-servidor (Processo nº 50610.000809/2004) RS.

JORGE DA SILVA NETTO

### DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES 9ª UNIDADE DE INFRA-ESTRUTURA TERRESTRE

#### PORTARIA Nº 9.025, DE 2 DE MAIO DE 2005

O SUBSTITUTO DO COORDENADOR DA 9ª UNIDADE DE INFRA-ESTRUTURA TERRESTRE - UNIT - PARANÁ, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 911 de 10.09.2004, publicada no D.O.U. de 14.09.2004, do Diretor Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT e tendo em vista o constante do Processo nº 50609.003005/2004-55, resolve:

DECLARAR que a pensão vitalícia concedida pela Portaria nº 9108, de 02/08/2004, publicada no DOU de 17/08/2004, a SUELI APARECIDA SARAN CHAGAS, viúva do ex-servidor EDSON CHAGAS, matrícula DNIT nº 1.246.7, matrícula SIAPE nº 086.525.0, do Quadro de Pessoal Específico desta Autarquia, deverá ser calculada de conformidade com o artigo 2º, item II da Lei nº 10.887/2004, de 18 de junho de 2004.

CELSO FERNANDES RIBEIRO

## Ministério Público da União

### ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

#### PORTARIAS DE 19 DE MAIO DE 2005

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 66 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o disposto no caput do art. 2º da Resolução nº 34, de 16/02/1998, e no art. 1º da Resolução nº 42, de 24/04/1998, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal, resolve:

Nº 224 - Designar o Subprocurador-Geral da República MAURÍCIO DE PAULA CARDOSO para, sem prejuízo de suas outras atribuições, officiar na área de Direito Privado, pertinentes aos processos de competência do Superior Tribunal de Justiça, bem como representar o Ministério Público Federal na Terceira Turma (Direito Privado) do Superior Tribunal de Justiça ficando, dessarte, incluído na Portaria PGR nº 62, de 26 de fevereiro de 2004, publicada no D.O.U. Seção II, pág. 37 de 1º de março de 2004.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 66 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o disposto no caput do art. 2º da Resolução nº 34, de 16/02/1998, e no art. 1º da Resolução nº 42, de 24/04/1998, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal, resolve:

Nº 225 - Designar a Subprocuradora-Geral da República ARMANDA SOARES FIGUEIREDO para, sem prejuízo de suas outras atribuições, representar o Ministério Público Federal na Segunda Seção (Direito Privado) do Superior Tribunal de Justiça, ficando dispensada da representação perante a Terceira Turma (Direito Privado) e incluída na Portaria PGR nº 62, de 26 de fevereiro de 2004, publicada no D.O.U. Seção II, pág. 37 de 1º de março de 2004.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, resolve

Nº 226 - Designar THAISE BRAGA CASTRO, ocupante do cargo de Analista Processual, código AN-101.00, classe A, padrão 1, matrícula 10763-8, para exercer a função comissionada de Assessor, FC-06, criada pela Lei nº 10.771, de 21 de novembro de 2003, da Assessoria Jurídica do Procurador-Geral da República.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, resolve:

Nº 227 - Designar HUGO LEONARDO JULIANI, ocupante do cargo de Analista Processual, código AN-101.00, classe A, padrão 1, matrícula 11085-0, para exercer a função comissionada de Assessor, FC-06, criada pela Lei nº 10.771, de 21 de novembro de 2003, da Assessoria Jurídica do Procurador-Geral da República.

CLAUDIO LEMOS FONTELES

### MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA-GERAL

#### PORTARIAS DE 20 DE MAIO DE 2005

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, resolve:

Nº 446 - Exonerar, a partir de 16 de maio de 2005, CLAUDIA MACHADO DE FREITAS, matrícula 11381-6, do cargo em comissão de Secretário Administrativo, FC-02, da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca do Ministério Público Federal, por motivo de nomeação em cargo inacumulável.

Nº 448 - Nomear ÉRIKA COUTINHO DE MATTOS SOUZA, Bacharel em Direito, para exercer o cargo em comissão de Assessor, FC-05, de Procurador Regional da República da Procuradoria Regional da República da 2ª Região - (Rio de Janeiro), para atuar junto ao Gabinete do Doutor ANTONIO CARLOS SIMÕES MARTINS SOARES.

Nº 449 - Designar SILVIA REGINA MILIOLI DE AMORIM, ocupante do cargo de Analista Processual, código AN-101.00, classe C, padrão 15, matrícula 5452-6, para exercer a função comissionada de Assessor de Procurador Regional da República, FC-05, da Procuradoria Regional da República da 4ª Região - (Porto Alegre), criada pela Lei 10771, de 21 de novembro de 2003, junto ao Gabinete do Doutor HUMBERTO JACQUES DE MEDEIROS.

Nº 450 - Exonerar VALBER DA SILVA MELO do cargo em comissão de Assessor, FC-05, do Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso.

Nº 451 - Designar JOSE ROBERTO CURVO GARCIA, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, código TC-201.00, classe C, padrão 15, matrícula 6556-1, para exercer a função comissionada de Assessor do Procurador-Chefe, FC-05, da Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso, dispensando-o, em consequência, da função comissionada de Secretário Administrativo, FC-02.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

#### RETIFICAÇÃO

Na Portaria SG nº 407, de 6 de maio de 2005, publicada no Diário Oficial de 10 seguinte, Seção 2, página 24, referente a ANA PAULA ALVARES LOPES SILVA, onde se lê: ... Secretário Administrativo, FC-02. ... leia-se: ... Chefe da Seção de Serviços Gerais, FC-02.

### MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIAS REGIONAIS DO TRABALHO 8ª REGIÃO

#### PORTARIA Nº 59, DE 13 DE MAIO DE 2005

O Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar os Membros do Ministério Público do Trabalho, abaixo relacionados, para funcionarem nas Sessões da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Turmas e Especializada do E. Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, no período de 23/05/2005 a 24/06/2005 como segue:

1ª Turma: Drª Ana Maria Gomes Rodrigues  
2ª Turma: Drª Cintia Nazaré Pantoja Leão  
3ª Turma: Drª. Hideraldo Luiz de Sousa Machado  
4ª Turma: Drª Débora Tito Farias  
Especializada: Drª Loana Lia Gentil Uliana

30/05 a 03/06/2005

1ª Turma: Drª Adriana Holanda Maia Campelo

2ª Turma: Dr. Loris Rocha Pereira Júnior

3ª Turma: Dr. Fábio Massahiro Kosaka

4ª Turma: Drª Gisele Santos Fernandes Góes

Especializada: Drª Loana Lia Gentil Uliana

06/06 a 10/06/2005

1ª Turma: Drª Natasha Campos Barroso Rebello

2ª Turma: Drª Juliana Queluz Venturini Massarente

3ª Turma: Dr. Loris Rocha Pereira Júnior

4ª Turma: Dr. Loris Rocha Pereira Júnior

13/06 a 17/06/2005

1ª Turma: Dr. Luis Fabiano Pereira

2ª Turma: Dr. José Pedro dos Reis

3ª Turma: Dr. Loris Rocha Pereira Júnior

4ª Turma: Drª Célia Rosário Lage Medina Cavalcante

20/06 a 24/06/2005

1ª Turma: Dr. Loris Rocha Pereira Júnior

2ª Turma: Dr. Loris Rocha Pereira Júnior

3ª Turma: Dr. Marcelo Freire Sampaio Costa

4ª Turma: Dr. Rafael Dias Marques

LOANA LIA GENTIL ULIANA  
Substituta

#### PORTARIA Nº 60, DE 18 DE MAIO DE 2005

A Procuradora-Chefe Substituta da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar a Procuradora do Trabalho Drª GÍSELE SANTOS FERNANDES GÓES, para atuar na Sessão Especializada e do Pleno do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região no dia 19.03.2005 às 10:00 e 12:00 horas, respectivamente.

LOANA LIA GENTIL ULIANA

### MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

#### PORTARIAS DE 18 DE MAIO DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 182/PJG, de 6/2/2004, publicada no Diário Oficial de 11/2/2004, resolve:

Nº 252 - Tendo em vista o que consta do Processo nº 08190.151942/04-29, designar o servidor requisitado JOSÉ LUCIANO DA ROCHA STUDART, matrícula nº 2332-9, da Função Comissionada criada pela Lei nº 10.771, de 21/11/2003, de Chefe do Setor de Medidas Alternativas, código FC-03, da Divisão de Registro e Controle Processual, da Promotoria de Justiça na Circunscrição Judiciária do Paranoá, deste Ministério Público.

Nº 253 - Tendo em vista o que consta no Processo nº 08190.000028/05-83, designar o servidor JANNSEN CARDOZO DE OLIVEIRA, matrícula 1894-5, Técnico de Informática - TC 20.200, Classe C, Padrão 15, da Carreira de Técnico deste Ministério Público, para exercer a Função Comissionada criada pela Lei nº 10.771, de 21/11/2003, de Chefe da Divisão de Diligências e Serviços Auxiliares, código FC-05, do Departamento de Perícias e Diligências.

Nº 254 - Tendo em vista o que consta no Processo nº 08190.052752/05-92, designar o servidor requisitado DURVAL FRANCISCO RODRIGUES NOGUEIRA, matrícula 2556-9, para exercer a Função Comissionada criada pela Lei nº 8.559, de 28/12/1992, de Secretário Administrativo, código FC-02, Divisão de Registro e Controle Processual das Matérias Cíveis, da Promotoria de Justiça na Circunscrição Judiciária de Brasília.

Nº 255 - Tendo em vista o que consta no Processo nº 08190.062850/05-38, designar a servidora LUZIMAURA PATRICIA E SILVA OLIVEIRA, matrícula 2589-5, Técnico Administrativo - TC 201.00, Classe C, Padrão 15, da Carreira de Técnico deste Ministério Público, para exercer a Função Comissionada criada pela Lei nº 10.771, de 21/11/2003, de Chefe do Setor de Apoio e Controle dos Feitos Cíveis, Família, Órfãos e Sucessões, código FC-03, da Divisão de Registro e Controle Processual, da Promotoria de Justiça na Circunscrição Judiciária de Brasília.

ANTONIO MARCOS DEZAN

## Poder Judiciário

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

#### PORTARIA Nº 47, DE 19 DE MAIO DE 2005

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, com base no inciso I do artigo 9º da Lei nº 8.112/90 e no artigo 95 do Regulamento da Secretaria, e considerando o contido nos Processos nº 319.755/2004 e 320.191/2004, resolve:

Nomear, em caráter efetivo, na Classe "A", Padrão 1, os candidatos habilitados em concurso público, em vagas decorrentes da Lei nº 10.945, de 16 de setembro de 2004: